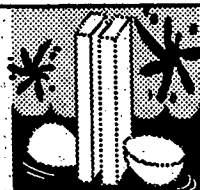


Deputado feriu o
decoro parlamentar e
a Constituição



Emendas em favor de
Fiúza foram de Cid
Carvalho

CPI confirma uso de verba pública por Fiúza

■ ^{Orçamento} Fazenda Vargem Bonita, no Maranhão, gastou pelo menos US\$ 24 mil em eletrificação, e deputado pode perder o mandato

JOSÉ DE ARIMATEIA

SÃO LUÍS — A Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento confirmou ontem que o deputado federal Ricardo Fiúza (PFL-PE), na época presidente da Comissão do Orçamento, eletrificou sua fazenda, a Vargem Bonita, no município maranhense de Grajaú, com recursos do Orçamento da União de 1992. As obras foram executadas pela Cemar (Companhia Energética do Maranhão) no início de 93, ao custo de pelo menos US\$ 24 mil. A eletrificação rural atinge

apenas 1% das propriedades rurais do Maranhão, e há 2.300 pedidos de instalação de rede elétrica que a Cemar garante não ter como cumprir. O relator da subcomissão, deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), disse que ao usar recursos públicos em uma de suas fazendas, Fiúza usou de sua condição de deputado para doar verbas do Tesouro a si mesmo. Com isso, feriu o decoro parlamentar e os artigos 54 e 55 da Constituição, infrações puníveis com perda de mandato.

A emenda que beneficiou as terras de Fiúza (5 mil hectares na cha-

mada região pré-Amazônica, onde ele cria 4 mil cabeças de gado nelore) é de autoria do deputado Cid Carvalho (PMDB/MA), um dos principais envolvidos no escândalo. A subcomissão considerou suspeitas todas as emendas do Orçamento de 92, que destinaram um total de US\$ 429 mil para a eletrificação rural no Maranhão. Pelo menos duas delas foram feitas por Cid Carvalho em co-autoria com a deputada federal Roseana Sarney (PFL), candidata ao governo do Maranhão em 94.

Custo — Salomão e os depu-

tados Moroni Torgan (PSDB) e Paulo Pavão (PTR/SP) viajaram com o engenheiro Marcelo Antero, assessor da diretoria da Eletrobrás. A princípio, depois de confirmar que a Cemar montou 4,92 quilômetros de rede elétrica na Fazenda Vargem Bonita em janeiro e fevereiro deste ano, os diretores da Cemar afirmaram que o custo da obra ficou em US\$ 37 mil. Depois, refizeram o cálculo e o baixaram para US\$ 24 mil. Salomão disse que a diferença é irrelevante.

“O que interessa à subcomissão é o fato de que um deputado fede-

ral, principal homem do Orçamento no Congresso, usou verbas do Tesouro para melhorar suas terras, enquanto mais de 2 mil proprietários e comunidades rurais do Maranhão não tiveram o mesmo benefício. Por que não dar energia elétrica para os mais necessitados?”

Das 16 emendas aprovadas em 92 para eletrificação rural no Maranhão, o diretor de Operações da Cemar, José Jorge Leite Soares, e o diretor de Distribuição, Silas Cavalcanti, só tinham informações sobre três, beneficiando a Fazenda Vargem Grande e os municípios de

Guimarães e Santo Antônio dos Lopes. Silas Cavalcanti afirmou que em Guimarães (US\$ 54 mil) e em Santo Antônio (US\$ 17 mil), as verbas foram repassadas diretamente às prefeituras, que executaram as obras. O trabalho da Cemar limitou-se à vistoria técnica e ligação da energia.

Segundo Salomão, hoje a subcomissão avalia se há “condições técnicas” de ir à Ilha do Curupu, do senador José Sarney (PMDB-AP), onde draga de uma subsidiária da Servaz, a EBD, executa obras que estão sob suspeita.